

## **Temer na EBC:** uma análise da cobertura da rede pública brasileira dos 111 dias de governo interino

## **Temer on EBC:** an analysis on the coverage of the 111 days of his interim govern by Brazilian public broadcasting system

*Franco Iacomini<sup>1</sup>, Tarcis Prado Junior<sup>2</sup>, Moisés Cardoso<sup>3</sup>,  
Rodrigo Asturian<sup>4</sup>, Leticia Mueller<sup>5</sup>*

- 
- 1 Doutorando em Comunicação e Linguagens (linha de pesquisa em Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais) pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Possui graduações em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (1992) e em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná (2011). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo no Século XXI (JOR XXI). E-mail: [fiacomini@gmail.com](mailto:fiacomini@gmail.com).
  - 2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens (PPGCom) da UTP. Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Promoção de Saúde pela USP e bacharel em Comunicação Social (habilitação em Relações Públicas) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professor de graduação e MBA nos cursos de Comunicação e de Administração da UTP. Membro do grupo de pesquisa JOR XXI da UTP. E-mail: [tarcisjr@yahoo.com.br](mailto:tarcisjr@yahoo.com.br).
  - 3 Doutorando no PPGCom da UTP. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), pós-graduado em Novas Mídias (FURB). Publicitário e jornalista, professor no curso de Publicidade e Propaganda da FURB e da Faculdade do Médio Rio Grande (FAMEG). É integrante dos grupos de pesquisa: JOR XXI (PPGCom/UTP) e Estudos Midiáticos Regionais (FURB). E-mail: [beiocardoso@gmail.com](mailto:beiocardoso@gmail.com).
  - 4 Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (linha de pesquisa Dinâmicas Socioambientais) pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (1995). Servidor público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). E-mail: [rodrigoasturian@gmail.com](mailto:rodrigoasturian@gmail.com).
  - 5 Mestranda em Comunicação e Linguagens (linha de pesquisa em Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais) pela UTP. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário Uninter (2014) e membro do grupo de pesquisa Tecnologias: Experiência, Cultura e Afetos (TECA). E-mail: [leticiamueller@gmail.com](mailto:leticiamueller@gmail.com).

## Resumo

Este trabalho busca contribuir para a compreensão do comportamento da mídia pública brasileira no processo que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Para tanto, buscou-se no *website* da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) títulos que mencionassem o nome do então vice-presidente Michel Temer, estabelecendo-se como datas-limite 12 de maio (dia em que Rousseff foi afastada provisoriamente) e 31 de agosto de 2016 (data da votação final que levou ao afastamento definitivo da mandatária). Os textos desse período em que Temer foi presidente interino foram submetidos a análises lexicográficas com o uso do software Iramuteq e estudados a partir das ideias da escola francesa de análise do discurso, com o objetivo de levantar os temas principais retratados na cobertura da EBC. Os resultados apontam para uma predominância de temas políticos e econômicos, sendo que as questões econômicas são tratadas com ênfases semelhantes às do programa econômico do partido de Temer, o PMDB.

## Palavras-chave

EBC, Michel Temer, comunicação, comunicação pública.

## Abstract

This work seeks to contribute to the understanding of Brazilian public media behavior in the process that led to Dilma Rousseff's impeachment. In order to do so, the contents of headlines that mentioned the name of vice-president Michel Temer were searched on the website of the Empresa Brasil de Comunicação (EBC), with dates limited to May 12 (the day when Rousseff was provisionally removed) until 31 August 2016 (date of final vote of the impeachment, which led to the definitive removal of the president). Texts of this period in which Temer was the interim president were subjected to lexicographic analysis using the Iramuteq software and studied according to the ideas of the French school of Discourse Analysis, with the aim of raising the main themes portrayed in the coverage of EBC. The results point to a predominance of political and economic issues, with economic issues being treated with similar emphases as the economic program of Temer's political party (PMDB) does.

## Keywords

EBC, Michel Temer, communication, public communication.

## **Introdução**

O processo de impeachment de Dilma Rousseff, que levou ao seu afastamento definitivo da Presidência da República, teve início em 2 de dezembro de 2015, quando a Câmara Federal aceitou um documento apresentado pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Tal pedido teve tramitação célere na Câmara e, depois de sua aprovação em uma longa e conturbada sessão, em 17 de abril de 2016, passou para o crivo do Senado. Nessa casa legislativa, foi formalmente recebido e analisado em comissão própria. Em 12 de maio, o plenário do Senado votou pela admissibilidade do processo – e, em consequência, pelo afastamento provisório da chefe do Executivo até o fim do processo.

Começava então um período de 111 dias em que o país esteve sob a liderança de um presidente interino – Michel Temer, vice-presidente reeleito com Dilma no pleito de 2014. O objetivo deste artigo é tratar do papel da mídia pública, representada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), durante esse período. Esta pesquisa busca analisar a cobertura feita pela EBC de fatos e declarações envolvendo diretamente a pessoa de Michel Temer em seu período de interinidade – ou seja, entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016, quando ocorreu a votação final e o afastamento definitivo de Dilma. Nesse sentido, a pesquisa tentará responder à seguinte questão: quais foram os principais temas enfocados pela EBC na cobertura do governo interino de Michel Temer?

O tema do sistema público de comunicação no Brasil tem sido tratado por diversas pesquisas recentes, que abordam inclusive a experiência da EBC (que é bastante jovem, tendo sido criada em 2008). No portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é possível identificar mais de 1.100 artigos científicos publicados em revistas indexadas. Dentre os principais pesquisadores nesse segmento, é possível citar Jonas Valente (2009), Octavio Pieranti (2007) e Venício Lima (2011). Já a EBC, cuja criação é relativamente recente, é alvo de poucas publicações – o portal da Capes aponta apenas duas –, com destaque para artigo de Eugênio Bucci (2014), ex-presidente

da Radiobrás<sup>6</sup>, uma das instituições federais que deram origem à EBC. O período de interinidade de Michel Temer na presidência da República é, ainda, objeto de escassas publicações. Exceção notável é o artigo de Fábio Terra sobre o documento “Uma ponte para o futuro”, que apresenta uma leitura dos problemas da economia brasileira e propostas para sua resolução (TERRA, 2016).

Estruturou-se este artigo em cinco seções: Introdução; Marco teórico; Procedimentos metodológicos; Apresentação dos resultados; Discussão dos resultados; e Considerações finais.

### **Marco teórico**

Para o cientista político Robert Dahl (2005), uma característica-chave da democracia é a sua capacidade de responder às preferências dos cidadãos, que são considerados perfeitamente iguais uns aos outros, para todos os efeitos de sua relação com o Estado. Mesmo que hipotética – pois, para Dahl, o ideal democrático não pode ser alcançado plenamente, mas sim idealizado ou esboçado, e deve servir como referência à análise de quaisquer formas de governo adotadas pelo gênero humano –, a democracia exige que tais preferências sejam conhecíveis. Sendo assim, o autor estabelece três pontos que considera necessários à democracia:

Parto do pressuposto também de que, para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 2005, p. 27-28).

---

6 Empresa pública criada pela Lei 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Radiobrás é abreviação para Empresa Brasileira de Radiodifusão.

Para ser exercida plenamente, cada uma dessas oportunidades exige uma certa quantidade de requisitos, que se somam e se sobrepõem. Entre esses requisitos, que denominam condições institucionais para a democracia, incluem-se a liberdade de expressão e o direito a fontes alternativas de informação, que se encontram no âmbito da comunicação social. As outras condições são a liberdade de formar e aderir a organizações, o direito de voto, a elegibilidade para cargos públicos, o direito de líderes políticos disputarem apoio e votos, as eleições livres e idôneas e as instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 2005, p. 28).

As formas como essas condições são exercidas nos diferentes Estados, em especial por parte daqueles que contestam o governo vigente, variam amplamente, assim como o acesso a essas formas de contestação. Dahl exemplifica essa variação com três exemplos: a Grã-Bretanha de fins do século XVIII, onde havia uma variedade de formas de contestação pública, mas poucos tinham acesso a ela; a Suíça de meados do século XX, dotada de meios de contestação altamente desenvolvidos, mas com direito de voto limitado (as mulheres só conquistaram o direito ao sufrágio em 1971); e a antiga União Soviética, onde o voto era universal, mas a contestação pública era praticamente inexistente. Assim, de acordo com Dahl (2005, p. 29), a capacidade de inclusão de um governo precisa ser analisada não apenas pelo seu sistema de voto ou pelo funcionamento de suas instituições, mas pelo contexto de todas as condições democráticas – o que demanda um papel importante para a comunicação.

A conformação da comunicação como mercado, entretanto, tende a trazer dificuldades para essa equação. O Relatório MacBride, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sob a liderança do ex-ministro irlandês Seán MacBride, aponta que a comunicação ganhou relevância no contexto econômico das nações:

A comunicação, antes realizada por pequenos empreendimentos que viviam em uma atmosfera artesanal, em contraste com a produção industrial, é hoje um importante setor que se avoluma na economia de qualquer

nação, em termos de unidades, empregos e necessidades de capital. Isso é válido em países com economia de mercado ou de planejamento central, e se a economia como um todo é grande ou pequena (MACBRIDE, 1980, p. 96, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Assim, embora a organização da comunicação como um segmento econômico importante tenha levado à disponibilidade ampla e rápida de uma importante gama de informações, ela pode levar a uma distribuição desigual, por exemplo, entre campo e cidade. Mais do que isso, a necessidade de crescentes aportes de capital para viabilizar os investimentos necessários à atividade tende a levar a comunicação para um ambiente dominado por grandes conglomerados. MacBride (1980, p. 96, 99) observa que a industrialização da comunicação não é, em si, danosa, e que esses efeitos colaterais surgem especialmente quando ela é levada a efeito sem a adequada responsabilidade e sem uma supervisão democrática. Ainda de acordo com o relatório da Unesco, o Estado desempenha uma função de importância crescente nesse cenário, que é orientar, controlar, organizar e distribuir as atividades de comunicação.

No Brasil, o papel do Estado vem sendo principalmente o de regular e organizar um setor de comunicação amplamente dominado por grupos empresariais privados, em especial pelo seu poder de outorgar e renovar concessões de rádio e televisão (LIMA, 2011, p. 31) – uma atribuição que, a partir da Constituição de 1988, passou a ser partilhada com o Legislativo. É, portanto, uma atividade compatível com a ideia da “supervisão democrática” prevista pelo documento da Unesco. Lima (2011, p. 104-105) aponta, entretanto, que o Estado brasileiro não tem utilizado de suas prerrogativas como um poder coercitivo, mas como um instrumento de negociação entre si próprio e os grupos privados hegemônicos na comunicação. Trata-se de um movimento que o autor denomina “coronelismo eletrônico”, à semelhança do velho coronelismo que assegurou a perpetuação de

---

7 No original: “Communication, once carried on by small enterprises which lived in an atmosphere of craft rather than industrial production, is today an important industry which bulks large in the economy of any nation, in terms of plant, employment and requirements of capital. This holds true in countries with market or centrally-planned economies, and whether the economy as a whole is a big or small one.”

famílias poderosas à frente de regiões no interior brasileiro. “São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema” (LIMA, 2011, p. 105). Esse coronelismo é uma expressão das imbricações entre as condições institucionais para a prática democrática, previstas por Dahl: a ausência de fontes alternativas de informação acaba inibindo a possibilidade de o cidadão formular suas preferências, exprimi-las e vê-las consideradas pelo governo na formulação das políticas públicas. Ao contrário, o que ocorre é um movimento de contração dos meios de comunicação em poucos grupos econômicos, que contribuem para perpetuar as formas de poder existentes. Nesse sentido, observa-se a validade do ponto de vista marxista sobre o Estado, cuja função seria garantir a manutenção de uma situação de dominação de classes e

reproduzir uma ideologia particular, das forças dominantes, em uma visão de mundo universal daquela classe, naturalizando seu modo de direção perante o conjunto da população e desacreditando as iniciativas de contestação, seja pela alegação da inviabilidade de transformação da ordem vigente, seja pela desconstrução de suas propostas (VALENTE, 2009, p. 40).

Observe-se que tal processo não se dá sem conflitos, mas reflete a disputa das forças em ação em toda a sociedade.

### **Mídia pública no Brasil**

Antes de mais nada, é preciso tipificar o que seria mídia pública. Bucci (2014, p. 130-132) faz uma distinção simples entre emissora estatal e emissora pública: a estatal pertence ao Estado ou está a ele vinculada, enquanto a pública não guarda vínculo administrativo direto ou indireto com qualquer instância dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Nesse caso, a propriedade de um meio público de comunicação não pode estar subordinada direta ou indiretamente ao Estado, mas também não pode ser financiada

pelo mercado anunciante – ou seja, ele não pode veicular comerciais. Seu financiamento é público e deve ser proveniente da sociedade ou de dotações regulares provenientes do Estado. Sua gestão não pode ser influenciada por agentes ou autoridades estatais, mas deve ser proveniente de um conselho com representantes da sociedade. Mesmo que suas nomeações sejam originadas ou sancionadas por órgãos de Estado, os membros desses conselhos não devem obediência à administração estatal.

No Brasil, o primeiro esboço de mídia pública nasce com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que, de acordo com Valente (2009, p. 42), seguia uma inspiração elitista<sup>8</sup>. Nos períodos seguintes, com destaque para a era Vargas, passou-se ao largo das questões ligadas à representatividade da sociedade e à independência em relação aos governantes. Somente na década de 1960 começou a tomar forma um sistema que é o precursor direto do atual.

O governo militar brasileiro emitiu o Decreto-Lei 236 em 1967, criando a figura da televisão educativa, encarregada da divulgação de programas educacionais, compostos por “aulas, conferências, palestras e debates”, de acordo com seu artigo 13 (BRASIL, 1967). A norma estabeleceu o caráter das emissoras educativas como não-comercial, proibindo todo tipo de patrocínio ou publicidade, fosse direta ou indireta. Começava assim o sistema brasileiro de emissoras educativas, capitaneado pelo governo federal e pelas administrações estaduais, bem como por algumas universidades federais. Dessas, apenas a TV Cultura, de São Paulo, almejava (ao menos no papel) alguma independência em relação ao governo local, sendo gerida por um conselho em moldes semelhantes aos de alguns países europeus (VALENTE, 2009, p. 43).

Valente (2009) cita outros dois marcos para o sistema público de comunicação do Brasil. O primeiro é a Constituição de 1988, que estabelece o sistema de outorgas para emissoras de rádio e televisão, observando a existência de um sistema público.

---

8 Jonas Valente (2009) trabalha com seis concepções de mídia pública, abordagens baseadas na caracterização específica do meio: elitista, educativa, pública não estatal, pública como alternativa à mídia comercial, culturalista e aparelho de Estado. A abordagem elitista, que ganhou notoriedade nos primeiros tempos da BBC britânica, via a comunicação pública como forma de promoção da alta cultura e do conhecimento.

O segundo marco é a criação da EBC (em 2008, por medida provisória que foi subsequentemente aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 11.652, de 7 de abril de 2008), articulada de forma a buscar uma diferenciação em relação ao que o próprio governo federal vinha fazendo e a construir uma mídia pública efetiva:

A criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas (VALENTE, 2009, p. 269).

Entende-se a EBC, portanto, como uma tentativa de estabelecer uma mídia que seja independente do governo federal, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de oferecer ao espectador uma visão diferenciada dos acontecimentos, não contaminada pelos interesses comerciais que afetam as emissoras privadas. Dessa forma, seria possível atender ao princípio de que a “democratização das comunicações baseia-se em uma interpretação da sociedade plural segundo a qual, havendo maior número de fontes de informação, um maior número de opiniões diferentes seria difundido” (PIERANTI, 2007, p. 25).

De acordo com a redação atual de seu regimento interno (reformulado em outubro de 2016 para adaptar-se a mudanças de regulamentação promovidas pelo governo Temer), a EBC é uma empresa pública de capital fechado, vinculada à Casa Civil da Presidência da República por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social – anteriormente, a vinculação era à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Tais vinculações constituem questão polêmica, assim como a forma de escolha de seus dirigentes. Bucci (2014, p. 127) sustenta que a vinculação institucional da EBC ao governo compromete-lhe a independência, de forma que ela não poderia ser tratada como uma empresa pública, mas como um sistema de emissoras estatais. “Isso não quer dizer que ela seja cotidianamente instrumentalizada pelo poder; quer dizer apenas que sua estrutura legal confere à Presidência da República os meios para constrangê-la, pressioná-la e enquadrá-la”, ressalva o autor (BUCCI, 2014, p. 128).

### ***A análise do discurso***

Maingueneau (1997, p. 133) observa que a tradição francesa da análise do discurso aproximava a análise da lexicologia, por estar diretamente ligada à observação de palavras-chave e à análise estatística das informações. Para a análise do discurso, no entanto, é preciso ir adiante, considerando os pressupostos do analista, que passa a formular perguntas ao texto, baseadas nas condições sócio-históricas associadas ao evento que se está pesquisando. O autor, entretanto, não despreza totalmente a análise com base nos termos-pivôs e em levantamentos estatísticos de palavras. Ele sugere uma “utilização controlada”:

seria prejudicial desqualificá-la em sua totalidade; ela é perfeitamente legítima, se duas condições forem respeitadas:

- 1) deve-se considerá-la como um método auxiliar e não essencial para a análise;
- 2) deve-se utilizá-la quando é possível controlá-la e não recorrer a ela sistematicamente, qualquer que seja o corpus (MAINGUENEAU, 1997, p. 133).

Para trabalhar o sentido dos discursos, a análise do discurso leva em conta três áreas do conhecimento, que se articulam, dialogam e contradizem, eventualmente: as teorias da sintaxe e da enunciação; a teoria da ideologia; e a teoria do discurso, que corresponde à “determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2000, p. 25). São levadas em conta na produção dos resultados da pesquisa as condições de produção do discurso, incluindo seus contextos sócio-histórico e ideológico e um contexto imediato, definido pelas circunstâncias que cercam o momento de cada evento. Tais variáveis definem as circunstâncias da enunciação.

O papel da ideologia é essencial. De acordo com Dominique Maingueneau (1997, p. 60), a relação entre a ideologia e o discurso é direta e integral: “a ideologia não deve ser concebida como ‘visão do mundo’, mas como modo de organização, legível sobre as duas vertentes da prática discursiva”<sup>9</sup>. Ideologia e discurso, então, fundem-se e se complementam.

---

9 O autor refere-se aqui aos elementos interiores do discurso e àqueles que lhe são exteriores.

Em se tratando do discurso das mídias, Charaudeau (2015) aponta que não há captura da realidade empírica que deixe de passar por um filtro subjetivo, que é um ponto de vista particular a partir do qual se constrói um objeto particular. Portanto, “defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvelá-la, é necessário explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 131). A simples escolha de palavras revela um filtro: assim, quando alguém fala ou escreve a respeito de “mortos”, “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final” ou “vítimas do destino”, está definindo-se em um ponto de vista dentro de uma infinidade de possibilidades discursivas disponíveis, e é de escolhas como essa – ideológicas, portanto – que surge o noticiário (CHARAUDEAU, 2015, p. 131-132).

### **Procedimentos metodológicos**

No presente capítulo são apresentados o instrumento de coleta de dados e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. No que diz respeito à natureza, classifica-se o trabalho como pesquisa básica, qualitativa, com elementos quantitativos quanto à forma de abordagem, e descritiva quanto aos objetivos. Em relação aos procedimentos técnicos, foi utilizada pesquisa bibliográfica com autores relacionados à disciplina.

Os textos usados para a produção deste artigo foram obtidos a partir do mecanismo de busca presente no site da EBC na internet ([www.ebc.com.br](http://www.ebc.com.br)). A consulta foi feita no dia 20 de novembro de 2016, usando como termos os nomes “Michel” e “Temer”. Os resultados foram restritos ao período entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016. As datas correspondem ao período entre a aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal e a votação definitiva da matéria – portanto, o tempo de interinidade de Michel Temer na Presidência da República<sup>10</sup>.

---

10 O afastamento de Dilma Vana Rousseff da presidência da República foi resultado da aprovação do parecer 475/2016, que resultou na admissibilidade do pedido de impeachment no Senado Federal, conforme publicação no Diário do Senado Federal (BRASIL, 2016b). Já a sua perda do mandato e a consequente posse de Michel Temer no cargo provêm da resolução 35/2016 do mesmo Senado (BRASIL, 2016a).

Feita a busca, os textos foram extraídos mediante o uso do comando “*Import HTML*” do aplicativo Google Sheets, resultando em 2.790 referências ao longo do período citado. Dessas referências, foram excluídas aquelas provenientes dos sites da EBC em língua estrangeira (86 em inglês e 63 em espanhol), bem como as 1.276 legendas de fotos do serviço de imagens na Agência Brasil, um dos braços da EBC. Outras 934 respostas foram excluídas porque citavam Temer no corpo da matéria, e não no título. Restaram, então, 431 títulos de textos que mencionam o nome do presidente e que constituem o corpus de pesquisa. Vale ressaltar que apenas os títulos das reportagens foram investigados, pois são estes que atraem o interesse do leitor, principalmente quando compartilhados em redes sociais, justificando assim a delimitação da investigação.

Esse conteúdo foi, na sequência, analisado mediante o uso do programa de computador Iramuteq (sigla em francês para *Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), um mecanismo eletrônico que segue o conceito de software livre, destinado à análise de textos e tabelas de dados (FERNANDES, 2014, p. 4). O Iramuteq foi desenhado para dar ao pesquisador, através do uso de diversas ferramentas de análise lexical, a possibilidade de identificar trechos de texto associados a conjuntos de expressões semelhantes entre si e usados em contextos parecidos. Tais grupos (ou classes) de palavras são organizados em tabelas e gráficos. Dessa forma, é possível analisar diferentes tipos de ocorrências, como documentos, entrevistas e textos, comparando-os ou destacando elementos presentes no corpus (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para que os textos pudessem ser submetidos ao Iramuteq, foram formatados em um único arquivo “.txt”. Cada texto foi identificado por duas variáveis. A primeira aponta o canal da EBC em que foi publicado: Agência Brasil (o maior deles, com 320 textos), Radioagência Nacional (87), Rádio (10), Portal (8), TV Brasil (5) e Institucional (1). A segunda variável marca a data de publicação. No processamento, foram mantidos todos padrões do programa, exceto em dois momentos: no modo de construção dos segmentos de texto, foi adotado o modo

de “parágrafo” e, na montagem da classificação hierárquica descendente (CHD), foi usado o modo simples sobre textos. Foram, ainda, contados como formas ativas os adjetivos, substantivos, verbos e formas não reconhecidas.

Para compatibilizar os termos com o modo de reconhecimento do Iramuteq, foram feitas adaptações em nomes próprios compostos de mais de um termo, em especial “Michel\_Temer”, “São\_Paulo”, “Rio\_de\_Janeiro” e “lava\_jato” (em referência às operações anticorrupção do Ministério Público Federal e da Polícia Federal que receberam essa alcunha), evitando-se, assim, que o software tratasse cada componente de modo isolado. Dentro do escopo deste artigo, foram trabalhadas as cinco palavras mais relevantes em cada classe e categoria morfológica (substantivos, adjetivos e verbos).

### **Apresentação dos resultados**

Os 431 títulos que compõem o corpus deste artigo são constituídos de 1.264 termos diferentes. Excluindo-se os termos que definiram a busca – “Temer” e “Michel\_Temer” –, os substantivos mais presentes foram “governo” (69 citações), “Dilma” (31), “presidente” (30), “ministro” (29) e “Câmara”. Os verbos mais presentes foram “pedir” (usado 31 vezes), “reunir” (24), “assumir” (15), “anunciar” (13) e “discutir” (11). Entre os adjetivos, os prevalentes foram “econômico” (16 ocorrências), “nacional” (10), “social” (9), “público” (9) e “novo” (8).

Da análise fatorial dos textos – passo em que as palavras de cada segmento de texto (neste caso, cada título da EBC foi tratado como um segmento de texto) são analisadas e classificadas em grupos conforme suas afinidades dentro do discurso apresentado –, surgiram três clusters (ou classes de palavras), que são apresentados no Gráfico 1. O maior deles é o da classe 2, que representa pouco menos da metade do discurso (46,6%). A classe 1 representa 27,4% e a 3 corresponde a 26,1%. O Gráfico 1 demonstra que as classes 1 e 2 saem do mesmo ramo, o que significa que elas tendem a ter maior conexão entre si. Já a classe 3, apresentando-se isolada, terá maior quantidade de termos exclusivos, e menor grau de conexão com as outras duas.

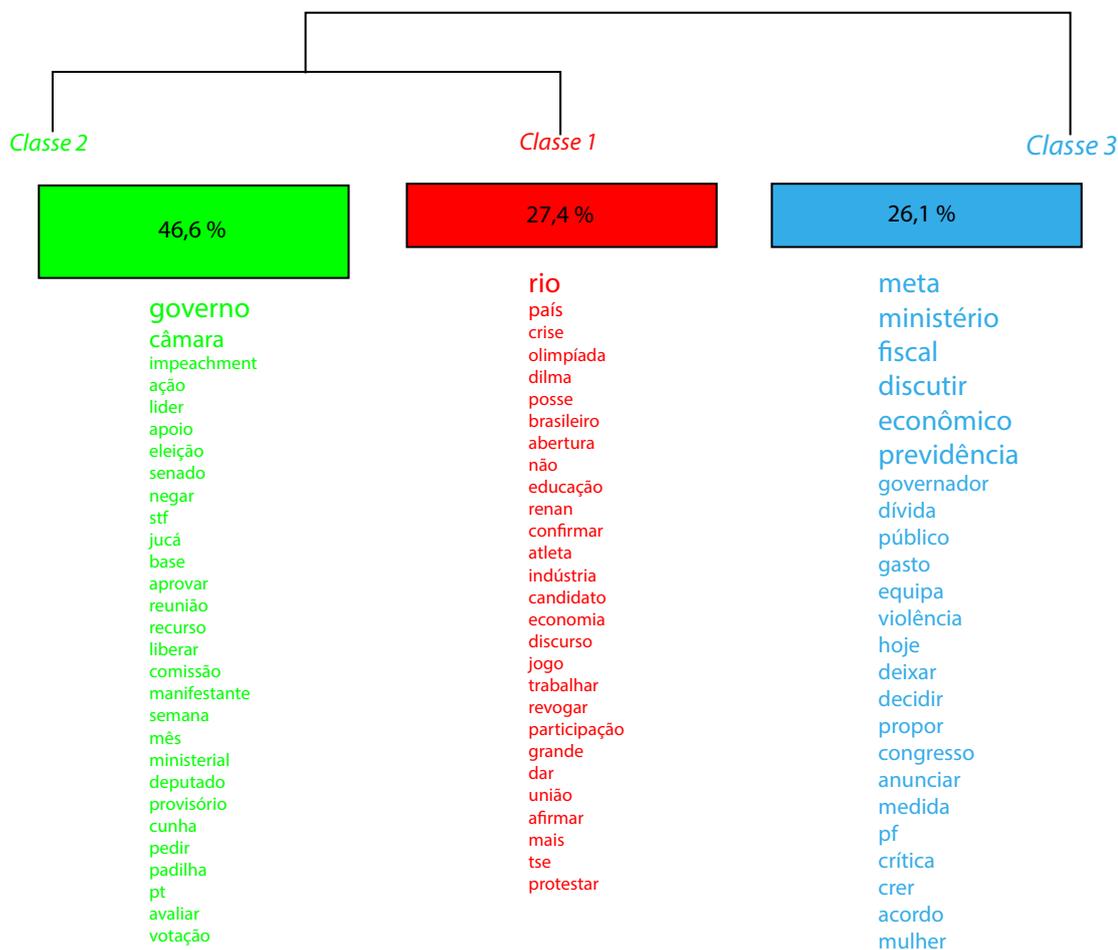


Gráfico 1: Distribuição dos clusters no noticiário da EBC

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

A lista de palavras mais representativas da classe 3 apresenta predominância de termos identificados com a questão econômica, como “meta”, “fiscal”, “econômico” e “previdência”. A classe 1 tem entre suas expressões mais relevantes “Rio”, “país”, “crise”, “olimpíada” e “Dilma”. Da classe 2 constam “governo”, “câmara”, “impeachment”, “ação”, “líder”, entre outras. Dessa forma, é possível perceber que o viés econômico do noticiário referente ao presidente Michel Temer (à época, interino) era analisado de forma diferenciada do noticiário político.

A partir desses resultados, é possível observar que a cobertura da EBC para o período de interinidade do presidente Michel Temer deu amplo destaque aos assuntos políticos do próprio governo, que estão afetos à classe 2. Há política

presente também na classe 1, em especial no que se refere à cobertura de atos e declarações da ex-presidente Dilma Rousseff ou com ela relacionados. Essa classe inclui ainda temas que cabem na definição jornalística de “gerais” – tendo como principal destaque os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e sua cerimônia de abertura –, mas que se misturam a questões políticas.

O Gráfico 2 apresenta os termos representados em quadrantes e identificados por cores: em vermelho está a classe 1; em verde, a 2; e em azul, a classe 3. É possível identificar uma diferenciação clara dos temas, com os clusters ocupando quadrantes diferentes. É visível a oposição dos temas do universo econômico, pertencentes à classe 3, em relação às outras questões.

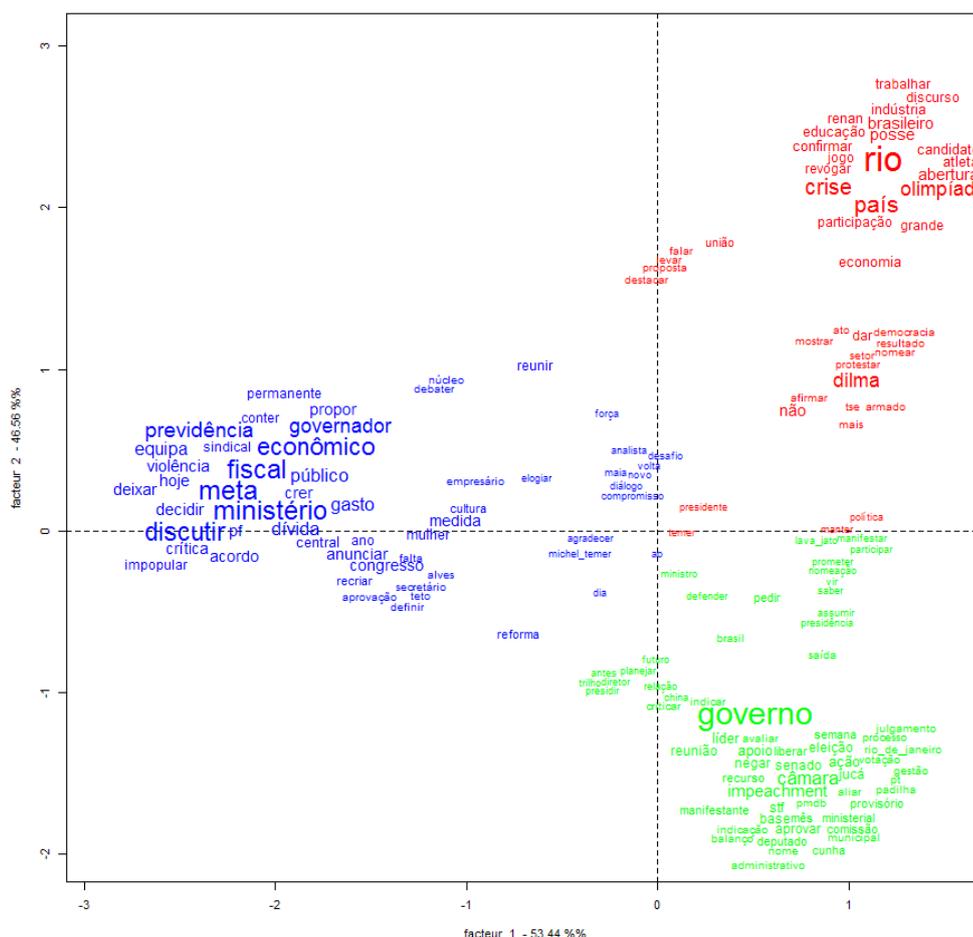


Gráfico 2: Distribuição das palavras por clusters e por fatores

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

## Discussão dos resultados

O Gráfico 2 é especialmente elucidativo do conteúdo das manchetes da EBC. A visível distinção com que se apresentam os termos relacionados ao universo econômico em relação ao restante demonstra a forma como o noticiário privilegiou esse tema, em detrimento de outros aspectos da interinidade de Temer – entre elas, a própria legitimidade de sua ascensão ao poder.

Na abordagem econômica da EBC, o presidente discute e anuncia (ambos verbos entre os cinco mais citados no texto e com alto grau de aderência ao cluster 3, que abrange os temas econômicos) medidas relacionadas às metas fiscais e às dívidas dos estados, temas frequentes nessa área. São também temas centrais ao documento intitulado “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015), desenhado como um projeto econômico para um governo Temer. A própria EBC aponta isso na reportagem “Ações do governo Temer estarão baseadas no documento Uma ponte para o futuro” (BRANCO, 2016).

O documento apresenta alguns tópicos essenciais para a retomada econômica do país: “a questão fiscal”, o “retorno a um orçamento verdadeiro”, “previdência e demografia” e “juros e dívida pública”. Com exceção da questão orçamentária – que, entretanto, pode-se considerar implícita na discussão de metas fiscais, mencionadas 12 vezes nos 431 títulos submetidos à análise –, esses itens são detectáveis nas expressões mais citadas nos títulos da EBC relacionados ao presidente Temer.

Quanto ao viés político da cobertura da EBC, o Gráfico 2 também permite antecipar um tom conciliador. As expressões mais próximas ao encontro das linhas do gráfico são aquelas que têm maior afinidade com as outras áreas e que, portanto, tendem a ser usadas nos contextos de todos os clusters. No caso em tela, trata-se de termos decorrentes das próprias expressões básicas da busca (“presidente”, “Temer” e “Michel\_Temer”), assim como palavras pertencentes a uma vertente mais protocolar, como “agradecer”, “compromisso” e “diálogo”.

## Considerações finais

Discutir a mídia pública nesse momento da história brasileira é o objetivo deste artigo, respondendo à pergunta inicial: quais foram os principais temas enfocados pela EBC na cobertura do governo interino de Michel Temer? Após uma análise de 431 títulos colhidos a partir do *website* da EBC ao longo dos 111 dias de presidência interina de Michel Temer, é possível chegar a uma conclusão: política e economia – com destaque para esta última – são os temas privilegiados. É de se destacar que nenhum dos títulos analisados retrata a preocupação da sociedade brasileira com a legitimidade do governo Temer.

É possível que, dadas as condições pelas quais o país passava, em meio a um longo e atribulado processo político-judicial e em recessão há mais de um ano, esse resultado seria de se esperar. Entretanto, é perceptível uma coincidência entre as opções programáticas de Temer e de seu partido com as escolhas editoriais evidenciadas pela pauta da EBC. Os diferentes elementos presentes nos títulos sugerem que é na confluência entre política e economia que se situaria a arena de atuação do governo Temer em seu período de interinidade, com destaque para os temas econômicos previamente definidos no documento “Uma ponte para o futuro”. A cobertura da EBC dos cinco meses e meio de governo interino de Temer, assim, tende a espelhar a abordagem programática do PMDB, tornando-se – de forma consciente ou não – instrumento do novo governo em sua busca de legitimação e de reconhecimento pela sociedade brasileira. Trata-se, então, de escolha ideológica, cuja constatação seria previsível, conforme explicitado no marco teórico do presente artigo.

Dado o amplo volume de dados envolvidos e a necessidade de tratá-los manualmente (pois antes de submetê-los ao software de análise é necessário formatar os textos de forma que sejam compreendidos pelo programa), o trabalho de análise do papel da EBC no período de interinidade de Michel Temer está longe de se encerrar com este artigo. Uma das razões para isso é a sua limitação: embora o escopo da produção jornalística da EBC seja bastante amplo, em especial em termos de áudio e vídeo, o método utilizado limita-se à produção disponível no

*website* da empresa. Ainda que parte dessa produção tenha seus textos transcritos na internet, é necessário admitir que há uma ampla gama de representações que não foi contemplada na atual pesquisa.

Por isso mesmo, o presente trabalho deve ser encarado como um projeto-piloto, parte de uma pesquisa em andamento, ainda a ser aprimorada. Há outras importantes possibilidades de estudo. Uma delas é a ampliação do escopo da pesquisa, com a análise de um número maior de palavras em cada cluster e classe morfológica. É possível ainda analisar elementos que foram eliminados deste levantamento por se encontrarem fora do escopo do trabalho, como as reportagens em inglês e espanhol e, ainda, as fotografias e suas respectivas legendas, distribuídas pela Agência Brasil. O enfoque dado pelas reportagens em idiomas estrangeiros pode, inclusive, ser comparado com o dos títulos em português, ainda que o volume de textos em inglês e espanhol seja consideravelmente menor.

## Referências

BRANCO, M. Ações do governo Temer estarão baseadas no documento Uma Ponte para o Futuro. *Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação*, Brasília, DF, 14 maio 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ocNXKU>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Seção 1, p. 2432.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 35 do Senado Federal, de 2016. Dispõe sobre sanções no processo de impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 ago. 2016a. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Ata da 71a Sessão Deliberativa Extraordinária. Brasília, DF, 11 maio 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/CmcCQL>>. Acesso em: 16 out. 2017.

BUCCI, E. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. *Eptic*, Sergipe, v. 15, n. 2, p. 121-136, 2014.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

FERNANDES, B. Manual Iramuteq. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ZF83BA>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LIMA, V. A. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

MACBRIDE, S. *Many voices, one world*. New York: Unesco, 1980.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PIERANTI, O. P. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

TERRA, F. H. B. Conseguirá o Sr. Temer fazê-lo? *Brazilian Keyesenian Review*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 141-150, 2016.

VALENTE, J. *Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus; Intervozes, 2009. cap. 1, p. 25-46.

submetido em: 19 abr. 2017 | aprovado em: 26 maio 2017